



RELAÇÕES EXTERIORES

Governo dos Estados Unidos anuncia que aplicará sobretaxa de 25% a produtos brasileiros. A lista dos itens afetados deve sair hoje. O Escritório do Representante Comercial americano alega que políticas do país provocam insegurança jurídica e competição desleal

EUA confirmam tarifaço contra Brasil

» IAGO MAC CORD
» RAFAELA GONÇALVES
» ARMANDO HOLANDA
» VINICIUS DORIA

O governo dos Estados Unidos confirmou, ontem, a imposição de uma alíquota adicional de 25% sobre uma série de produtos exportados pelo Brasil. A decisão foi tomada após o presidente Donald Trump acatar a recomendação do Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR), chefiado por Jamieson Greer, encerrando uma investigação comercial que durou cerca de um ano.

A nova taxaço foi fundamentada na Seção 301 da Lei de Comércio americano, que permite retaliações contra práticas consideradas injustas. O USTR justificou o “tarifaço” alegando que políticas brasileiras geram insegurança jurídica e competição desleal para empresas dos EUA.

Entre os pontos destacados pelo representante comercial estão o comércio digital e o funcionamento de meios de pagamento, incluindo o Pix, além de discussões que envolvem o mercado de etanol e o combate ao desmatamento ilegal.

A pauta de contestações abrange ainda temas como propriedade intelectual, fluxo de processamento de patentes e enfrentamento à pirataria, estendendo-se, também, a políticas de combate à corrupção e à concessão de tarifas preferenciais.

Essa nova tarifa de 25% se soma a um histórico recente de tensões comerciais entre os dois países. Em julho de 2025, Trump anunciou uma primeira sobretaxação de 50% contra o Brasil. O governo brasileiro monitora uma segunda investigação americana que propõe uma outra sobretaxa, de 12,5%, relacionada ao combate ao “trabalho forçado”. Caso as medidas sejam cumulativas, como creem técnicos da equipe econômica, alguns produtos podem enfrentar uma taxaço total de até 37,5%.

A decisão da Casa Branca foi informada mais cedo ao Palácio do Planalto, sem o detalhamento dos itens sobre os quais não serão aplicadas as novas taxas. O governo vai analisar a lista de produtos afetados e o alcance das medidas antes de se pronunciar oficialmente. Autoridades

Marcelo Carmargo/Agência Brasil



O presidente Lula reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, no Planalto, para alinhar a estratégia a ser adotada



Com relação ao tarifaço, existe sempre um princípio que vai nos guiar. Os empresários brasileiros, as famílias brasileiras, os caminhoneiros brasileiros, os agricultores brasileiros não podem ser prejudicados por medidas injustas adotadas por outros países”

Dario Durigan, ministro da Fazenda

brasileiras esperavam a divulgação da lista ainda nesta madrugada. De qualquer forma, o Planalto segue com a estratégia de manter aberta a negociação diplomática, mas prepara medidas para proteger os setores que serão afetados.

Apoio aos exportadores

Ontem, Lula reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para alinhar a estratégia a ser adotada. O encontro terminou sem declarações à imprensa.

Na tentativa de minimizar os impactos das medidas comerciais, representantes dos governos brasileiro e americano promoveram, na terça-feira, a quinta reunião de alto nível desde 7 de maio. Em nota, o Planalto reiterou que considera as medidas “injustas” e voltou a defender uma solução negociada.

A Fazenda avaliará as consequências por setor da economia antes de definir eventuais medidas de apoio ao empresariado. “Se for confirmado um tarifaço, mais uma vez injusto, será preciso avaliar

quais setores foram afetados”, afirmou o ministro Dario Durigan.

Ele classificou a medida como “desproporcional” e “injustificada” e reforçou que o governo continuará buscando uma solução negociada.

Segundo Durigan, eventual apoio aos setores afetados será definido após uma análise detalhada dos efeitos da medida, preservando o compromisso com o equilíbrio fiscal. “O governo brasileiro não vai deixar os agricultores, os empresários e as famílias brasileiras na mão. Vamos fazer uma avaliação cuidadosa, sempre respeitando o compromisso fiscal que temos, e adotar medidas para proteger a nossa população”, declarou.

Nos bastidores do governo, a avaliação é de que Washington utilizou informações antigas para embasar a investigação comercial, reunindo reclamações históricas de setores empresariais norte-americanos sem apresentar fatos novos que justifiquem a ampliação das barreiras comerciais. A leitura do entorno do presidente Luiz Inácio

Lula da Silva é de que a decisão tem caráter predominantemente político e de que está alinhada à estratégia protecionista da gestão de Donald Trump. Apesar da ameaça de adoção de medidas retaliatórias por parte do governo brasileiro, autoridades evitam tratar dessa hipótese antes de esgotarem os canais de negociação.

Caso as duas investigações resultem na adoção das sobretaxas propostas, 4.187 produtos brasileiros, responsáveis por US\$ 14,9 bilhões em exportações, poderão ser tributados em até 37,5%, segundo estimativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O percentual reúne a tarifa temporária de 10% já em vigor, uma sobretaxa de 25% prevista na investigação baseada na Seção 301, e outra, de 12,5%, relacionada à apuração sobre “trabalho forçado”.

Na prática, a adoção das duas novas medidas elevaria em 27,5 pontos percentuais a tributação incidente sobre esses produtos, fazendo com que a alíquota total passasse dos atuais 10% para até 37,5%.

Impacto reduzido

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda avalia que o impacto macroeconômico esperado das novas tarifas americanas sobre a economia brasileira permanece reduzido.

“As exportações mostraram resiliência mesmo após a elevação tarifária de agosto de 2025, com recuperação gradual desde novembro. Como o mercado americano respondeu por cerca de 11% das exportações brasileiras em 2025, equivalentes a menos de 2% do PIB antes do choque, e o redirecionamento das vendas para outros destinos compensou parte relevante da perda, o efeito direto sobre a atividade foi limitado e tende a continuar dessa forma”, diz a pasta, em documento do Boletim Macrofiscal de julho.

A secretaria destaca que as medidas anunciadas pelos EUA em junho de 2026, ainda pendentes de aprovação, preveem exceções para diversos produtos, o que tende a manter o impacto agregado modesto.

“Soma-se a isso o conjunto de ações implementadas desde o ano passado em apoio aos setores mais expostos, com foco em crédito, liquidez e diversificação de mercados, que deve auxiliar a mitigar os efeitos setoriais remanescentes”, completa a SPE.

A decisão dos EUA de aplicar um novo tarifaço sobre produtos importados brasileiros foi confirmada ontem, sob a justificativa de que o Brasil adota práticas ilegais em comércio digital, serviços de pagamento eletrônico, entre outros.

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/Mdic), no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, as exportações para os Estados Unidos caíram 13,0% e atingiram US\$ 17,428 bilhões. As importações caíram 12,5% e totalizaram US\$ 18,950 bilhões. Dessa forma, a balança comercial brasileira com o país norte-americano apresentou déficit de US\$ 1,522 bilhão no acumulado de 2026.

» Leia mais sobre o Boletim Macrofiscal de julho na página 7

Reação à ausência de chanceler

» FERNANDA STRICKLAND
» LUIZA ALTÓE

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara encaminhou uma notícia-crime à Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, após a ausência dele na sessão de ontem. O colegiado avalia a possibilidade de crime de responsabilidade, pois o chanceler tinha sido formalmente convocado.

Vieira deveria prestar esclarecimentos aos parlamentares a respeito de declarações dele sobre o risco de uma eventual ação militar dos Estados Unidos contra o Brasil, após o governo norte-americano classificar facções brasileiras como organizações terroristas.

A ausência do ministro provocou reação entre integrantes da comissão. Ao abrir a sessão, o presidente

do colegiado, Marcel van Hattem (Novo-RS), afirmou que não houve uma confirmação “clara ou expressa” de que o chanceler deixaria de comparecer e criticou a forma como o comunicado foi encaminhado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Segundo o parlamentar, a informação sobre a ausência foi transmitida pela assessoria da pasta e não diretamente pelo ministro. Van Hattem classificou o documento como “evasivo e lacônico” e afirmou que haveria indícios de descumprimento das obrigações constitucionais do cargo.

O deputado também acusou o Itamaraty de não responder adequadamente a requerimentos aprovados pela comissão entre abril e julho deste ano. Durante a reunião, classificou como “risível, absurda e ilegal” a justificativa apresentada pelo ministério de

que a diversidade dos temas tratados dificultaria o atendimento às solicitações parlamentares.

Além disso, ele contestou a sugestão feita pelo Itamaraty para remarcar a audiência, argumentando que a definição das convocações é uma prerrogativa da Câmara. Em pronunciamento, Van Hattem frisou que a presença do ministro na comissão “não é um favor concedido, é uma obrigação constitucional inerente ao seu cargo”, classificando a ausência como um “descaso institucional inadmissível”.

Mesmo sem a presença do chanceler, os deputados decidiram manter a sessão para registrar oficialmente os protestos e discutir eventuais providências.

Em ofício enviado à comissão, o Ministério das Relações Exteriores informou que Mauro Vieira não compareceu devido a um

conflito de agendas. No mesmo horário da audiência, o ministro participava de uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar das tarifas comerciais impostas pelos EUA a produtos brasileiros.

O Itamaraty também argumentou que convocações dessa natureza exigem diálogo prévio para definição das datas e informou que, em documento encaminhado em 10 de julho, o chanceler havia sugerido o adiamento da audiência para o período entre 11 e 14 de agosto.

Após o episódio, a comissão decidiu convocar novamente Vieira e o assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, embaixador Celso Amorim. A nova audiência deve ocorrer entre 11 e 12 de agosto, com a data definitiva sendo definida após o recesso legislativo.

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



A comissão protocolou notícia-crime na PGR contra ministro